

Resultado dos pregões: economia e transparência.

Com a instituição de decretos obrigando o uso de pregão, preferencialmente o eletrônico, as compras do poder público são feitas com mais transparência e o processo estimula a competição. Além disso, a redução de preços dos bens e serviços contratados varia de 20% a 30%.

O governo brasileiro está fazendo uso pesado dos leilões e pregões eletrônicos, ferramentas que têm ajudado os mais diferentes órgãos públicos a reduzir drasticamente custos, desburocratizar o sistema e ainda garantir credibilidade em uma época em que aparentemente tudo e todos são alvos de esquemas de corrupção. Mais do que isso, o Brasil também está se transformando em *benchmark* para o mundo. No segundo semestre de 2005, por exemplo, uma delegação do Ministério da Fazenda da China, país interessado em implantar um sistema de compras eletrônicas, esteve em Brasília visitando o Ministério do Planejamento para conhecer o sistema do governo brasileiro, em especial o pregão eletrônico.

A razão que fez os chineses cruzarem o Atlântico foi a maior competitividade, a redução de preços dos bens e serviços contratados, que varia de 20% a 30%, a diminuição dos custos operacionais e a transparência do processo de compras públicas. Segundo o secretário de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Rogério Santanna, outro efeito colateral é que o pregão eletrônico também traz menores custos para as empresas interessadas em participar dos processos licitatórios do governo.

“O pregão eletrônico é mais ágil, mais transparente e mais econômico”, afirma Santanna. Só em 2004, possibilitou uma economia de 31,5% para o governo federal.

O pregão eletrônico também amplia a competição

entre os fornecedores, fomentando a participação de micro e pequenas empresas nas licitações governamentais.

A obrigatoriedade da utilização da modalidade pregão, especialmente o eletrônico, na aquisição de bens e serviços comuns elevou em 174% o número de compras eletrônicas realizadas pelo governo. Em agosto de 2005, foram realizados 936 pregões, comparados aos 342 realizados em junho, antes da entrada em vigor do decreto 5.450 que determinou essa obrigatoriedade. O balanço também demonstra que entre janeiro e agosto de 2005, de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões gastos em compras feitas pela administração pública federal, quase R\$ 201 milhões foram adquiridos por meio de pregão eletrônico. Esse valor representa um aumento de 95% em relação ao mesmo período de 2004. Santanna salienta que o pregão eletrônico também é o que consome menos tempo. Entre os serviços mais licitados por pregão estão exame médico periódico, telefonia fixa comutada, comunicação de dados, emissão de passagem aérea, limpeza e conservação predial.

São Paulo economiza R\$ 3 bilhões

São Paulo também tem demonstrado robustez e avanço em pregão eletrônico, apesar de Roberto Agune, superintendente da Fundap (Fundação do Desenvolvimento Administrativo), explicar que sua implantação foi efetuada com muita cautela e de forma gradativa. “Além da criação dos ambientes, houve uma ação prioritária para treinar e capacitar

servidores públicos envolvidos nas áreas de licitação e contratação”, explica ele. Até agora, já são 4.675 servidores da administração pública estadual, entre pregoeiros e membros de equipes de apoio preparados.

Hoje, todas as compras estaduais são feitas pela BEC (Bolsa Eletrônica de Compras da Secretaria da Fazenda) ou Pregão Eletrônico do Estado (na Secretaria da Fazenda). Para o cidadão ficar de olho no andamento desses processos e na economia obtida, foi criado o site O Relógio da Economia, na realidade uma ferramenta tecnológica implementada pela Casa Civil (em parceria com a Fundap e Prodesp, a companhia de processamentos de dados do Estado). O governo do Estado de São Paulo economizou cerca de

R\$ 3 bilhões, no período 2002/2005, com os processos de compras realizados pela BEC e por pregão.

Em relação aos próximos passos, Horácio Ferragino, coordenador de projetos da Fundap, antecipa que o objetivo é realizar um pregão utilizando-se integralmente os meios eletrônicos disponíveis. A tarefa implica uma mudança de cultura, por isso está sendo cuidadosamente trabalhada. “A idéia é fazer tudo por *chat*, para que qualquer cidadão acompanhe sem sair da frente do computador”, diz Ferragino. Agune quer o concorrente ao pregão atuando direto de seu escritório, o que para ele também seria benéfico, por cortar custos de deslocamento.

A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do

Para o Banco do Brasil, um novo negócio.

Nem todos os Estados optaram ou tiveram orçamento para investir no desenvolvimento de uma solução própria de compras eletrônicas, como fizeram São Paulo e Minas Gerais. Boa parte dos governos estaduais optou por usar o Licitações-e, serviço de compras eletrônicas do Banco do Brasil. A solução, lançada em 2002, nasceu da necessidade do próprio banco que, em 2001, desenvolveu o sistema para utilizar internamente. Depois, descobriu no serviço um novo nicho de negócio e criou uma área específica para outros usuários.

Desde o seu lançamento, já foram realizados 30,5 mil processos licitatórios eletrônicos, movimentando R\$ 3,7 bilhões. Mensalmente, são abertas 2 mil novas licitações, para um volume de R\$ 500 milhões em compras. Com a ferramenta, os usuários podem realizar licitações eletrônicas nas modalidades de pregão eletrônico, dispensa de licitação, convite e cotação de preços. O Licitações-e atrai, na maioria das vezes, órgãos públicos de médio e grande portes, com conhecimentos do uso de tecnologia da informação, Internet e com conhecimento das regras do pregão (curso de pregoeiro). “Excluindo serviços e

obras de engenharia, compra-se de tudo no portal: medicamentos, móveis e utensílios, veículos, material de escritório são os mais licitados”, comenta Sérgio Ricardo Miranda Nazaré, diretor da área de governo.

Atualmente, 1,5 mil órgãos públicos e suas unidades organizacionais estão cadastrados e habilitados a utilizar o Licitações-e, entre eles: os governos do Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, prefeituras e alguns tribunais regionais do trabalho. Na outra ponta são mais de 60 mil fornecedores cadastrados e habilitados para oferecerem seus produtos e serviços.

Para os usuários as compras e contratações promovidas pela Internet geram reduções de custos que podem atingir até 40% sobre o valor de mercado. No Piauí, por exemplo, a Empresa de Processamento de Dados, a Prodepi, economizou para o Estado R\$ 18 milhões, em 2004. As facilidades e o resultado em relação à redução de custos atraem os clientes e o próprio Banco do Brasil se beneficia do portal. “O banco alcançou uma economia da ordem de R\$ 180 milhões até setembro de 2005”, diz Nazaré.

Estado de São Paulo) é uma grande adepta de compras eletrônicas. Desde o ano passado, por exemplo, ela deixou os pregões presenciais de lado e só executa a versão eletrônica. Segundo Álvaro Mendes, do departamento de Gestão de Licitações da Sabesp, a empresa foi a primeira da área pública no Brasil a praticar compras eletrônicas. Em abril de 2000, implantou a Cotação Eletrônica de Preços — o chamado leilão reverso — para compras de materiais e equipamentos de até R\$ 16 mil. Na disputa do leilão reverso, vence o menor preço. Durante a cotação, a oferta de menor preço é exibida, ocultando a empresa proponente e seus concorrentes. Os fornecedores podem fazer novos lances 24 horas por dia, até o horário pré-estabelecido para o encerramento do leilão. “Ao final do leilão são divulgados todos os fornecedores participantes e lances correspondentes, garantindo a total transparência dos dados”, diz Mendes. Além disso, ele conta que o procedimento está mais rápido e simples. Um processo que antes durava, em média, 20 dias, hoje pode ser concluído em apenas dois. Para evitar manipulações, o sistema tem vários

controles internos, com o objetivo de conferir segurança ao procedimento licitatório. Os principais controles estão relacionados ao procedimento de credenciamento, autenticação dos usuários, uso de criptografia para garantir o sigilo das propostas.

Para aquisições de materiais e equipamentos até R\$ 80 mil, a Sabesp implementou, em setembro de 2002, o Convite Eletrônico. Para tanto, adaptou o ambiente virtual às exigências da Lei de Licitações e Contratos. Os fornecedores credenciados são convidados, automaticamente, por *e-mail* e enviam suas propostas via Internet. Todas as propostas são criptografadas e então verificadas no dia de sua abertura pública. Nesse dia, mediante senha exclusiva, a Comissão Especial de Licitação decodificará as propostas que ficam disponíveis no *site* da Sabesp, ordenadas por item, preços e fornecedores. Para desenvolver a plataforma própria de licitações eletrônicas — Cotação Eletrônica de Preços – Leilão Reverso, Convite Eletrônico e Pregão Eletrônico – a Sabesp gastou cerca de R\$ 750 mil. Em contrapartida, 100% de suas licitações ocorrem por meio eletrônico.

O que diz a lei

No segundo semestre deste ano, o governo federal colocou em vigor dois decretos, que consolidam a tendência do setor público de fazer aquisições por meio eletrônico: no dia 1º de julho entrou em vigor o decreto nº 5.450, que torna obrigatório na administração pública federal o uso do pregão, preferencialmente o eletrônico, nas compras de bens e serviços comuns (material de escritório, manutenção de bens móveis, aquisição de micros, impressoras, suprimentos e serviços de telefonia). E no dia 5 de agosto foi assinado o decreto 5.504, que estende a obrigatoriedade do uso de pregão para Estados, municípios e entidades privadas que comprem bens e serviços de uso comum com recursos repassados pela União — são 42 mil convênios, nas áreas de educação, merenda escolar, saúde e segurança pública, perfazendo em média R\$ 52 bilhões por ano.

Estados, municípios e ONGs, beneficiados com recursos da União, poderão usar o Comprasnet ou seus próprios sistemas de pregão, mas, caso optem por usar sistemas próprios, terão que homologá-los na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. Pelo decreto, o governo federal terá acesso a todos os dados dos pregões (logs, os concorrentes que participaram do processo, a conversa no chat, a ata do processo, o vencedor e o preço praticado por item). Para isso, vai usar um datamining, ferramenta para produção de relatórios, que está sendo desenvolvida junto com a Universidade Federal de Minas Gerais, que ajudará o governo a identificar tendências e regras pouco explícitas de compras. O software vai permitir usar a inteligência artificial na detecção de fraudes.